A educação é um fator muito importante de qualidade de vida das populações em todo o mundo. A relação entre a riqueza e o índice de escolaridade dos povos tem sido de proporcionalidade direta, ou seja, para maior escolaridade, maior acesso aos recursos materiais e tecnológicos.

Os números do "Atlas da Exclusão Social no Brasil - volume três", divulgados recentemente, comparados com dados do MEC, indicam que as cidades que possuem o maior número das pessoas de famílias consideradas "ricas", são também os núcleos urbanos com maior número de matrículas em cursos superiores.
Curiosamente, na mesma ordem, no topo da lista e quase na mesma proporção, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte possuíam, respectivamente, 377.471, 236.644, 96.043 e 93.407 matrículas na educação em cursos de graduação, de acordo com o MEC no ano 2002. Os quantitativos de famílias ricas dessas cidades são, respectivamente, 443.462, 76.317, 34.994, 27.526.

O Estado de São Paulo concentra a maior parte dos ricos do país: responde por 58% das pessoas de famílias com rendimentos mensais superiores a R$ 10.982, conforme valores de setembro/2003. Os 20 municípios com maior quantitativo de matrículas em cursos superiores concentram 45% do total de alunos do Brasil. O município de São Paulo está em primeiro lugar com 10,8% dessas matrículas nacionais. Em seguida, aparece a cidade do Rio de Janeiro, com 6,8% do total. O "Atlas da Exclusão Social no Brasil" revela que 73,5% das famílias ricas estão localizadas na região Sudeste. Afunilando os dados, o livro mostra que a metade do número de famílias ricas do país está concentrada também em quatro cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Ao longo de décadas, as condições sociais, políticas e educacionais têm elevado a concentração da riqueza no país, gerando abismos: riqueza gera educação, que gera mais riqueza. Assim, o Sudeste, liderado por São Paulo, possuía 67,2% das famílias ricas no ano de 1980. Vinte anos depois, o percentual dos ricos da região subiu para 73,5%. No Nordeste, no intervalo 1980 - 2000, a participação dos ricos caiu de 9,4% para 7,2%.

A diminuição da concentração de riqueza no Brasil virá com a democratização de oportunidades educacionais em todo o território nacional.

Não basta simplesmente distribuir renda. São necessárias políticas educacionais arrojadas que propiciem condições para superação dessa triste escalada de ampliação dos contrastes brasileiros.

A reforma universitária, enquanto política de cidadania, tem um importante papel a desempenhar na construção das pontes entre os abismos sociais brasileiros.